



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Volta Redonda (RJ), 1 de maio de 1962.

Nas comemorações do Dia do Trabalho.

No dia universal do trabalho, não haveria melhor local para dirigir-me aos trabalhadores do Brasil. Volta Redonda é bem o marco do despertar do nosso desenvolvimento e a primeira afirmação da luta do nosso povo pela emancipação do País. Nesta comemoração, sinto-me duplamente feliz, porque me encontro com os trabalhadores, a quem tanto devo e ao lado dos quais travei tôdas as batalhas da minha vida política, e porque posso prestar mais um testemunho de reverência ao imortal Presidente Getúlio Vargas, o pioneiro do nacionalismo, o comandante dos primeiros combates pela libertação econômica do Brasil, o criador da legislação social, o estadista sereno e amigo do povo, o verdadeiro instaurador do voto livre em nossa terra e, para cada um de nós, o chefe e mestre inesquecível.

Concedeu-me o destino o privilégio de presidir a execução do ato de justiça do govêrno anterior, que deu a esta usina o nome do patrono dos direitos do trabalhador brasileiro.

É com emoção que compareço a esta solenidade, voltando meu pensamento a Getúlio Vargas, para buscar na inspiração do seu gênio político fôrças que me permitam prosseguir na defesa intransigente dos interesses do povo brasileiro.

Como sabem os trabalhadores, assumi o Govêrno no curso de violenta crise político-militar, que contribuiu para agravar as condições econômico-financeiras do País, dando maior intensidade ao processo inflacionário, que encontrei em ritmo acelerado.

Graças ao amadurecimento político do nosso povo, à compreensão e ao patriotismo do Congresso, bem como à vocação legalista de nossas Fôrças Armadas, o regime democrático resistiu às

investidas de alguns espíritos retrógrados, e acabou por sair fortalecido da dura prova a que foi submetido.

No calor da crise, o Congresso agiu com a presteza que o momento reclamava, e criou um novo sistema de governo, que tem contribuído, pelo descortínio político do Presidente do Conselho de Ministros, Doutor Tancredo Neves, e dos Ministros que o integram, para propiciar melhor entendimento e mais estreitas relações entre as diversas correntes políticas, com reflexos positivos no desarmamento geral dos espíritos.

Agora é chegado o momento de perguntar se o povo brasileiro, as classes médias e populares, os trabalhadores em geral e especialmente os que vivem no campo, estão também desfrutando da mesma tranqüilidade e segurança.

Minha impressão sincera é de que não. A cada hora que passa, o povo brasileiro tem motivos para novas preocupações sobre o dia de amanhã. Para ele, para o povo, ainda não foram asseguradas perspectivas animadoras de tranqüilidade e bem-estar.

O custo de vida continua subindo e destruindo os orçamentos populares. Esta verdade, aflitiva e cruel, chega constantemente aos meus ouvidos como o mais inquietante dos clamores.

O preço dos gêneros sobe verticalmente, inclusive e sobretudo os de primeira necessidade. Todos sentem que é preciso pôr um freio a isso e que as soluções claras e positivas não podem tardar.

Participando, como sempre participei, das angústias do povo, sinto que não podemos mais adiar a adoção de um conjunto de medidas efetivas para vencê-las ou atenuá-las. Embora não me caiba, constitucionalmente, a competência para tomar tais providências, devo, como mandatário do povo, participar de qualquer responsabilidade que importe em melhorar as condições gerais de vida e em defender os justos anseios das classes populares.

Pelo menos quanto aos gêneros essenciais à alimentação, não é possível permitir que o seu preço continue em vertiginosa ascensão. Seja por meio de subsídios, que estimulem a produção e protejam o consumidor menos favorecido, seja pelo recurso das importações de choque que impossibilitem a exploração de grupos especuladores ou monopolistas insensíveis à realidade, seja pela intervenção pronta no mecanismo da armazenagem e da distribuição, seja por quais-

quer outros meios adequados, chegou o momento de uma tomada de posição mais enérgica.

Dirijo um apêlo à inteligência e ao patriotismo de todos os brasileiros que tenham qualquer parcela de responsabilidade no Governo ou fora dêle, especialmente os que atuam nos setores da produção e do comércio, para a luta corajosa no combate à carestia.

O clima de pacificação política, necessário ao País, e que conquistamos com tenaz esforço, precisa abrir espaço a medidas eficazes do Governo e do Parlamento, sob pena de vir a ser interpretado como um entendimento de cúpula, feito sem levar em conta os interesses populares.

Há medidas, providências e especialmente reformas — que o povo se habituou a identificar como reformas de base — que estão sendo reivindicadas pelos trabalhadores e impostas pelo interesse nacional, e que continuam indefinidamente no plano dos debates, das conferências e da propaganda eleitoral. O espírito prático do povo já está indiferente às batalhas verbais e exige atos e não palavras.

Vencemos, com a colaboração do povo e das forças mais atuantes do País, a etapa da pacificação política. Precisamos agora vencer juntos a etapa das grandes reformas nacionais.

A reforma agrária não pode mais ser protelada. Ela está tão arraigada na opinião pública que mesmo classes economicamente mais favorecidas já a apóiam, por considerá-la fator indispensável à melhoria do poder aquisitivo do povo brasileiro e ao desenvolvimento nacional.

Há sintomas de impaciência popular nesse terreno, de modo a causar apreensões. O homem do campo precisa de terra e de assistência técnica e financeira para torná-la produtiva. Devemos ir ao encontro das legítimas aspirações da população rural, ajudando-a a libertar-se das condições de extrema penúria em que vive, e dando-lhe a oportunidade de participar dos benefícios da civilização industrial.

Outras reformas são também imperiosas. O sistema bancário precisa ser atualizado para assegurar uma organização de crédito e financiamento capaz de alimentar o progresso econômico do País. A indústria, a agricultura e o comércio necessitam de crédito larga-

mente difundido, a juros normais, para se desenvolverem e melhor contribuírem para o aumento da produção nacional.

A reforma eleitoral impõe-se para tornar cada vez mais autêntica a voz do povo no Parlamento, evitando-se injunções estranhas e inadmissíveis — demagógicas ou financeiras — na formação das assembléias populares.

É indispensável a regulamentação da remessa de lucros para o exterior. Nenhum país em desenvolvimento, verdadeiramente independente, deixa de defender a sua economia e de disciplinar a aplicação interna do capital estrangeiro, que deve ser estimulado quando verdadeiramente se incorpora ao esforço nacional pelo progresso do país, não se podendo, evidentemente, adotar o mesmo critério em relação àquele que tiver finalidade meramente especulativa, ou se converter em instrumento de espoliação da economia nacional.

Torna-se também premente a reforma tributária, que permita ao Governo ir buscar recursos nas mãos daqueles a quem o processo inflacionário favorece com lucros desmedidos, e aplicá-los em benefício da Nação, corrigindo desigualdades excessivas e enfrentando as grandes dificuldades orçamentárias, sem necessidade de recorrer a emissões ou outros encargos que importem em novos sacrifícios para o povo.

Se me envaidecessem as honrarias do cargo que neste momento ocupo, se pensasse em têrmos de conveniência pessoal, nada mais cômodo para mim do que adotar uma posição de árbitro das situações políticas. Estão em causa, porém, os interesses do Brasil e não me seria lícito omitir-me no cumprimento de meus deveres.

Durante quase oito meses de Governo tudo fiz para, diluindo ressentimentos e desconfianças, restituir o equilíbrio político ao País. Cabe agora marchar para o equilíbrio social, somando esforços e dividindo sacrifícios, em busca de uma ordem mais justa, de uma estrutura econômica mais compatível com o interesse popular, de uma paz interna sólida e durável, a fim de que a democracia se consolide na confiança e no respeito de todo o povo brasileiro.

Na caminhada pela nossa emancipação econômica, com o esforço, o patriotismo e a colaboração de todos — forças produtoras

e classes populares —, tornam-se indispensáveis as reformas fundamentais que o País reclama.

Muitas dessas reformas dependem de leis ordinárias, mas algumas não poderão ser alcançadas, ou pelo menos não poderão ser realizadas eficazmente, se antes não se reformar parcialmente a Constituição de 1946.

Não poderemos, sem reforma constitucional, defender a ordem econômica contra certos abusos que comprometem o verdadeiro interesse nacional.

Se o atual Congresso entender que não lhe é possível na parte final de sua última sessão legislativa, realizar a reforma constitucional, que normalmente demanda o tempo de duas sessões, estará a seu alcance um gesto de sabedoria política e de caráter eminentemente popular: tomar a iniciativa de outorgar aos mandatários que a Nação vai eleger, a 7 de outubro, poderes que lhes permitam promovê-la.

Tal iniciativa já tem sido preconizada por vozes autorizadas, dentro e fora do Parlamento. Com ela se abririam para a próxima legislatura possibilidades concretas de rever a nossa organização política, num clima menos apaixonado que o dos primeiros dias de setembro do ano passado, e ao mesmo tempo as de criar condições constitucionais para as reformas de base, de que dependem a reorganização da sociedade e a preservação da paz social.

Quando o povo é convocado aos prélios eleitorais, na base de sua identificação com o debate das teses que interessam ao seu destino, é natural que se empenhe mais fundamente na escolha de seus representantes.

Antevendo, por isso, a possibilidade de serem atribuídos poderes constituintes ao futuro Congresso, sinto que, se fôr tomada essa patriótica atitude pelos deputados e senadores da atual legislatura, encontraremos o caminho certo de uma eleição decisiva para os destinos do País e acredito que através dela possamos chegar às reformas tão ansiosamente reclamadas, já não só pelos trabalhadores, mas por todos os setores da vida nacional.

Cabe à Nação ouvir os seus candidatos, verificar o que pensam do regime e da ordem social, e escolher os homens mais representativos de seus anseios e aspirações. Nessa escolha, os trabalhadores

— sempre vanguardeiros das justas reivindicações da nacionalidade — precisam ter papel preponderante, já que dêles, de sua unidade, de sua luta e de seu voto podem depender as tendências do futuro Congresso Nacional.

Quero deixar consignado neste 1º de Maio, ao falar aos trabalhadores brasileiros, o meu apêlo ao Congresso Nacional para que compete sua obra, deferindo ao futuro Congresso o poder de reexaminar, à luz da experiência destes oito meses, e da experiência bem mais vasta dos últimos quinze anos, as bases e condições do nosso regime de govêrno.

O presidencialismo teve defeitos e vantagens, e o pouco que temos vivido no parlamentarismo também mostra que êste tem uns e outros. O tempo de hoje não é mais talvez de soluções constitucionais extremadas, mas de fórmulas sàbiamente combinadas, em que se corrigem os excessos e se procura robustecer a autoridade, dando-lhe, ao mesmo tempo, limites precisos e responsabilidades definidas.

O que queremos para o Brasil é um regime que assegure eficiência administrativa, responsabilidade, tranqüilidade nas horas de transmissão do mando, e segurança de que a vontade do povo será sempre respeitada.

Uma reforma da Constituição permitiria a criação de condições indispensáveis à adoção das reformas de estrutura, e resolveria de maneira adequada, sem perturbação da vida nacional, questões que estão gerando uma intranqüilidade desnecessária, como, por exemplo, a da extensão do parlamentarismo aos Estados e a da possibilidade de fazerem parte do Ministério congressistas que são novamente candidatos ao Congresso Nacional.

Trabalhadores! Escolhi êste encontro e o dia de hoje para manifestar meu pensamento sôbre estas questões políticas e sociais, porque foi dos trabalhadores que recebi, mais do que de quaisquer outros, o mandato que me conduziu à Presidência da República, e, assim sendo, nada mais oportuno do que, com os trabalhadores, em diálogo com êles, definir o que me parece ser, neste instante, o meu dever para com o Brasil.

Neste encontro com a classe operária brasileira, que sempre se identificou com os problemas nacionais e com as grandes causas

da humanidade, considero ainda meu dever afirmar aos trabalhadores que continuo na mesma trincheira em que sempre estive em todos os momentos de minha vida pública.

Nunca me faltastes com o vosso apoio leal e decidido nem com a vossa solidariedade em tôdas as ocasiões necessárias. Falando-vos na qualidade de Presidente de todos os brasileiros, quero reafirmar a minha fidelidade aos princípios de justiça social defendidos por Getúlio Vargas.

Trabalhadores! Ninguém nos arrancará das mãos a bandeira que Getúlio Vargas nos entregou. Continuaremos, com a ajuda de Deus, a conduzi-la, com serenidade e decisão, para a conquista dos grandes ideais que inspiraram sua vida e sua obra, dedicados à realização do bem comum e dos superiores interesses do Brasil.